

## EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOCENTES.

Zilfran Varela Fontenele<sup>1</sup>  
Melissa Sabrina Barbalho da Silva<sup>2</sup>  
Ana Vitória Freire Vieira<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo das avaliações de docentes da rede pública de ensino da cidade de Ipanguaçu – RN sobre os resultados de atividades realizadas nas escolas do município voltadas para educação em direitos humanos. Estas práticas fizeram parte do plano de ação para ser executado nas escolas, elaborado pelos educadores que participaram do Projeto de Extensão Formação em Educação em Direitos Humanos, realizado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu. Apresentamos uma reflexão teórica sobre a temática, sua importância no ambiente escolar e a necessidade de capacitação continuada dos educadores, além da metodologia de organização e funcionamento do projeto, fundamentado na formação e capacitação continuada dos educadores, e o percurso metodológico para a avaliação de questionários aplicados aos professores, com o objetivo de compreender suas percepções acerca dos resultados obtidos nas escolas e os possíveis reflexos na sociedade local. Esperamos contribuir com a maior difusão de práticas de ensino e aprendizagem que estimulem a difusão, conhecimento e reflexão acerca dos direitos humanos na escola.

**Palavras-chave:** Educação, Direitos Humanos, Formação Docente.

### INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O documento refletia as necessidades de reconstrução da paz e fortalecimento da democracia e da cidadania, a partir da difusão de uma cultura de preservação do meio ambiente e da vida no planeta, além do respeito às diversidades e peculiaridades dos povos e pessoas, procurando embasar a promoção dos direitos humanos nos diversos países.

Como signatário deste e de diversos acordos internacionais para a promoção dos Direitos Humanos, o Brasil, apesar de algumas lacunas institucionais, como durante o Regime Militar (1964 – 1985), tem procurado atender às determinações destes documentos e adotar

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal do Ceará – IFCE, Doutorando em Educação (Universidade de Valência – Espanha); Mestre em Ensino de Ciências Humanas (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN); Especialização em Ensino de História (Faculdade Farias Brito – FFB); Licenciatura em História (Universidade Estadual do Ceará – UECE). [zilfran@hotmail.com](mailto:zilfran@hotmail.com);

<sup>2</sup> Aluna do curso Técnico Integrado em Agroecologia do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Ipanguaçu. [sabrinabarbalho1@hotmail.com](mailto:sabrinabarbalho1@hotmail.com);

<sup>3</sup> Aluna do curso Técnico Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Ipanguaçu, [anavitoriafvieira@hotmail.com](mailto:anavitoriafvieira@hotmail.com).

medidas neste sentido, especialmente após o processo de redemocratização que teve como marco a promulgação da Constituição de 1988.

Destacamos nossa preocupação com o avanço do autoritarismo e do discurso de ódio no Brasil atual, que ganhou espaço mais recentemente em setores conservadores e redes sociais, que pregam abertamente contra os direitos humanos e a preservação da vida e do meio ambiente, cujo representante máximo é o atual presidente da República e a “filhotocracia” que o cerca. Esperamos que a sociedade, as instituições democráticas, os mecanismos de controle do Estado e o poder Judiciário não permitam qualquer recuo nas políticas públicas existentes e ações da sociedade civil pela promoção e respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais.

É importante lembrar, que apesar do avanço das políticas de inclusão pelo mundo e no Brasil, em especial nos primeiros 15 (quinze) anos deste início de século, observamos que tanto em escala nacional (principalmente) como global, ocorrem situações que vêm na contramão destes avanços, como violações em direitos básicos saúde, segurança, sobrevivência, identidade cultural e condições mínimas de subsistência e sobrevivência de grandes contingentes populacionais. Diante do exposto, faz-se cada vez mais urgente e necessária uma educação em direitos humanos para professores e educadores, como forma de multiplicar através das escolas um sentimento de consciência que incentive a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos.

Esta preocupação levou à elaboração de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (BRASIL, 2007), que agrega, além dos acordos internacionais selados, várias demandas de nossa sociedade, especialmente de movimentos sociais que ganharam espaço após a promulgação da Constituição de 1988, buscando colaborar para a efetivação da democracia em nosso país através de ações que desenvolvam a justiça social e colaborem para a construção de uma cultura de paz, pois:

O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã. (BRASIL, 2007, p.11)

O Estado brasileiro tem por função promover e oferecer condições para uma educação de qualidade para toda a população, haja vista que a educação é compreendida como um direito humano essencial. Desta forma, a universalização do ensino em seus diversos níveis e a melhoria da qualidade da educação ofertada devem ser tarefas prioritárias,

constituindo-se em política de Estado que deve superar as alternâncias governamentais, típicas da democracia.

Este processo de universalização e ampliação da qualidade da educação em nosso país deve incluir a garantia do acesso a

(...) pessoas com necessidades especiais, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a valorização dos (as) educadores (as) da educação, da qualidade da formação inicial e continuada, tendo como eixos estruturantes o conhecimento e a consolidação dos direitos humanos. (BRASIL, 2007, p.11)

A jovem democracia brasileira tem sua trajetória marcada também pela necessidade de reparação de feridas e superação de constantes violações dos direitos humanos durante o Regime Militar (1964-1985). Feridas estas que o atual chefe do poder executivo do país tem insistido em magoar, negando documentos oficiais e maculando de a imagem das vítimas dessas violações e seus de familiares.

Este árduo processo de redemocratização ainda é marcado pela manutenção insistente de velhas estruturas econômicas e sociais que promovem exclusões e difundem preconceitos, fazendo-se necessário a superação e eliminação de uma "(...) grave herança das violações rotineiras nas questões sociais, impondo-se, como imperativo, romper com a cultura oligárquica que preserva os padrões de reprodução da desigualdade e da violência institucionalizada." (BRASIL, 2007, p.22)

Portanto, a realidade caracterizada por desigualdades econômicas e sociais de nosso país está longe de ser superada, bem como vários mecanismos de exclusão por motivos sócio econômicos, culturais, étnicos, de gênero, etc. Destacamos também a grande quantidade de políticas públicas e leis que não priorizam estas questões, muitas vezes excluindo de suas prioridades elementos que envolvem direitos e garantias, especialmente a igualdade e equidade, evitando toda forma de exclusão, bem como a defesa do meio ambiente, que estão nos alicerces de uma política eficiente de garantia dos direitos humanos em uma sociedade.

Não podemos negar que ocorreram importantes avanços na legislação e em práticas governamentais no Brasil, especialmente motivadas por ações, mobilizações e pressões de entidades da sociedade civil e movimentos sociais, bem como a incorporação de demandas pelo governo nos diversos níveis e nos três poderes, com a criação e fortalecimento de órgãos específicos para a promoção e defesa dos direitos humanos. Todavia é importante frisar que:

"Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento

básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras." (BRASIL, 2007, p.23)

A ratificação deste muito que precisa ser feito, depende necessariamente de um fortalecimento do regime democrático, que deve ser fundamentado na soberania popular, na justiça social e na concretização do respeito e garantia dos direitos humanos a todos os cidadãos do país. O exercício da cidadania pressupõe uma educação como direito de todos e dever do estado, que deve garantir uma formação adequada, a ampla difusão do conhecimento e o acesso a oportunidades de aprendizagem a todos os brasileiros.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) trazem como uma das finalidades da educação, a garantia do exercício da cidadania.

"O texto constitucional traz claros os objetivos de universalização da educação, garantindo que permita e contribua para o desenvolvimento pleno das pessoas, a construção e consolidação da cidadania e o respeito às individualidades, através do reconhecimento das diversidades. Além disto, a educação é abordada ainda em outros artigos da Constituição Federal, como no artigo 6º, que a coloca como direito fundamental, ao lado da saúde, trabalho, lazer, segurança e assistência social." (FONTENELE, 2016, p. 26)

O Brasil é uma nação plural e diversa, e o Artigo 5º da Constituição Federal garante a igualdade de todos perante a lei, independentemente de cor, credo, sexo, religião ou qualquer orientação individual. Assim, em nossa Carta Magna, as diferenças são reconhecidas, mas estas não podem determinar ou justificar qualquer tipo de desigualdade entre as pessoas.

O respeito à diversidade e a inclusão social são pilares de sustentação da democracia e elementos básicos da cidadania em um país inserido em um contexto onde: "Relativismo e multiculturalismo são marcas de um mundo social em que se articulam fundamentalismos, neoliberalismo econômico e neoconservadorismo moral e político". (FONSECA, 2003, p. 29).

Diante do que foi colocado, compreendemos que a educação em direitos humanos está intimamente relacionada a uma educação para uma cultura democrática, inclusiva, isenta de discriminações e pautada na formação integral do homem, no respeito ao meio ambiente e na preservação da vida e dos recursos naturais, cujo alicerce está na compreensão dos contextos nacional e internacional e nos valores de tolerância, inclusão, pluralidade, justiça social, sustentabilidade e solidariedade que devem reger a sociedade.

A educação é um meio fundamental e absolutamente necessário para a promoção dos direitos humanos, a defesa da vida e o combate a toda e qualquer forma de opressão, além de eficiente instrumento na luta contra tentativas de retrocessos como o que o Brasil passa atualmente. Isso demanda formação e capacitação continuada para educadores e professores, bem como o incentivo a trocas de experiências entre estes, como forma de incentivar e divulgar práticas positivas e inclusivas, que garantam que a escola seja de fato um lugar de formação adequada para crianças e jovens e que estes possam multiplicar estas aprendizagens em seus meios sociais.

Conscientes da importância da educação e da necessidade de formação e capacitação continuada de educadores, desenvolvemos o Projeto de Extensão Formação em Educação em Direitos Humanos no Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu, com o objetivo de ampliar a inserção do IFRN e suas contribuições para a sociedade regional, através do oferecimento de processo de formação em educação em direitos humanos para profissionais da educação da rede pública do município e cidades vizinhas, acompanhado do estímulo para que os profissionais das escolas participantes elaborassem planos de ação, aplicação e difusão dos conteúdos de direitos humanos abordados na formação, como forma de construir nas escolas ambientes de cidadania, inserção, respeito às diversidades, inclusão, e consciência social e ambiental.

## **METODOLOGIA**

O projeto de Formação em Educação em Direitos Humanos para educadores da rede municipal de ensino de Ipanguaçu – RN, foi realizado no período de junho a novembro de 2017, com uma carga horária total de 80 (oitenta) horas divididas em momentos presenciais e não presenciais.

Os encontros presenciais tiveram um total de 46 (quarenta e seis) horas, e foram realizados nas dependências do IFRN - Campus Ipanguaçu. Nestes encontros foram discutidas temáticas diretamente relacionadas aos Direitos Humanos, como Gênero, Educação Ambiental, Letramento e Direitos Humanos, Tecnologia e Direitos Humanos, Evolução Histórica dos Direitos Humanos, lutas e acessos aos Direitos Humanos, Cidadania, Educação Especial e Inclusão e Cidadania e educação para as relações étnico raciais.

A fase não presencial correspondeu a elaboração pelos cursistas de um plano de ação em direitos humanos para ser executado nas suas respectivas escolas. A divisão de equipes para elaboração destes planos obedeceu ao critério de equipes formadas por



profissionais que trabalham na mesma escola, devendo utilizar os momentos de planejamento docente previstos na carga horária dos professores.

Concluída a fase de formação do projeto era chegada a hora dos educadores levarem para suas respectivas escolas os temas abordados, como forma de multiplicar sabores e inserir positivamente na comunidade os conceitos trabalhados na formação.

Assim, 5 (cinco) escolas da cidade de Ipanguaçu-RN receberam projetos voltados à Educação em Direitos Humanos, com a participação de 17 professoras e 2 professores que trabalharam, conforme suas escolhas para este primeiro momento, projetos com os seguintes temas: **Sociedade, família e escola: a discriminação racial como um desafio à escola e aos direitos humanos** e também **Conscientização contra o racismo, em especial contra negros, na Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira/Ipanguaçu**; **A liberdade de expressão sem aprisionar o próximo, na Escola Municipal professora Francisca da Salete Ribeiro Barreto**; **Envolvimento de crianças e adolescentes em exploração sexual: Transgressão aos direitos humanos, na Escola Municipal Francisco Florêncio Lopes**; **Bullying, na Escola Municipal Cecília Pereira dos Santos**; e **Direitos Humanos na Escola, na Escola Municipal Professor Antônio Leandro de Lima Junior, localizada no distrito de Luzeiro, na zona rural da cidade.**

Nas cinco escolas, os projetos contaram com a participação de mais de 100 (cem) alunos, que apresentaram respostas extremamente positivas aos temas abordados, segundo relatos dos professores envolvidos e gestores das escolas.

Em seguida, foram encaminhados questionários para os professores responsáveis, que responderam a perguntas relacionadas a sua experiência com o projeto, além das suas impressões sobre a importância da abordagem dos temas, tanto para seu trabalho quanto para os alunos e a comunidade local.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analizamos aqui as respostas dos professores acerca de suas percepções e impressões acerca dos resultados observados a partir dos projetos implantados, tanto em seu trabalho quanto na realidade da escola.

Questionados sobre a importância da educação em Direitos Humanos para suas práticas de ensino, todos os docentes apontaram para diversos aspectos positivos que iam do trabalho na sala de aula até o lado pessoal, não só para eles, como também para os alunos. Conforme a professora “Nana” da Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira: “Promover

amplitude sobre o assunto através da sala de aula, gera nos alunos inquietudes, as quais servem para contribuir no discurso sobre direitos humanos, que tão pouco é falado e praticado pela sociedade de um modo geral.”

Além disto, foi comentada a importância para o desenvolvimento pessoal dos alunos como parte da sociedade, destacando o estímulo para que exerçam a cidadania e a liberdade que possuem sem prejudicar o outro, conhecendo direitos e deveres e os respeitando, pois conforme Ballestreti (1999):

A educação em direitos humanos, por sua vez, é o que possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano, apresentando-se na atualidade, como uma ferramenta fundamental na construção da formação cidadã, assim como na afirmação de tais direitos. (p. 35)

A maioria dos educadores relatou em suas respostas que, mesmo com o encerramento dos respectivos projetos, continuam a utilizar métodos de ensino que trabalham os Direitos Humanos na escola. Eles demonstram perceber que a prática contínua de trabalho com estas temáticas leva o aluno a entender e compartilhar seus conhecimentos com os outros, gerando uma rede de informações benéficas e uma intervenção positiva nos meios sociais em que estão inseridos. A professora “Tata” da Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira, relatou que:

“(…) cotidianamente são debatidos assuntos que envolvem os Direitos humanos em nossas aulas. Fazendo com que nossos alunos possam refletir nos problemas e assuntos que estão em foco no nosso dia a dia, isso através de rodas de conversa, palestras, documentários, filmes, palestras que tratam das temáticas.” (Questionário aplicado em 15 de julho de 2019)

Alguns professores buscaram adotar métodos de inserção dos temas de acordo com o costume dos alunos, em situações normais de seu cotidiano na escola, como forma de favorecer a receptividade destes a temas mais delicados. Para a professora “Nana” da Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira, “trabalhar os temas durante as rodinhas, nas filas da merenda e nas brincadeiras é uma forma das crianças aprenderem sobre as diferenças e respeitar o outro do jeito que ele é.”

Esta prática de utilizar os espaços e relações na escola é destacada por Rosa e Pullin (2014), que afirmam que:

“[...] os conteúdos e conhecimentos dos quais os alunos se apropriam não acontecem unicamente pela transmissão de conteúdos curriculares, mas também pela rede de relações e interações sociais que compõem as teias da dinâmica do grupo de seu pertencimento.” (P.8)

Quando questionados sobre a participação e receptividade dos alunos, todos os educadores responderam que a maioria participou ativamente de todas as etapas do projeto, respondendo de forma positiva aos temas abordados, mesmo os que apresentaram algumas dificuldades iniciais, por exemplo, por estarem em turmas “recém-chegadas”, como no caso da professora “Vivi” que leciona no sexto ano do ensino fundamental na Escola Municipal Professor Antônio Leandro de Lima Junior. Ela afirmou que o início foi um pouco “estranho”, mas em pouco tempo “o interesse com os temas abordados foram aflorando.” [Sic.]

Silva (2011) afirma que os docentes devem possibilitar continuamente ambientes e situações para que os estudantes sejam capazes de desenvolver suas habilidades críticas e sociais de modo que possam aprender verdadeiramente ao mesmo tempo que ampliam as relações dentro de sala, tornando a aula mais dinâmica e inclusiva.

Sobre as dificuldades relatadas, alguns professores contaram que foi um pouco difícil lidar no início com algumas crianças que apresentaram resistências, pois viam alguns temas trabalhado como tabu. Uma destas dificuldades foi relatada pela professora “Nuzia” da escola Escola Municipal Cecília Pereira dos Santos que trabalhou *bullying*. Na Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira, o professor “Gil”, afirma que trabalhou com a temática do racismo nas turmas do ensino fundamental, e relatou que os alunos “Na hora das descrições eles participam e apoiam, porém, vemos que não é fácil eles se livrarem do racismo e outras formas de preconceito pois, em outros momentos, vemos se repetindo a mesma situação”.

Destacamos que, segundo os professores entrevistados, na maioria nas escolas houve uma participação de toda a comunidade escolar, com servidores presentes e atuantes nos processos informativos e de conscientização juntos com os professores e estudantes. De acordo com a professora “Lili” da Escola Municipal Nelson Borges Montenegro:

A partir da integração de todos os membros do meio acadêmico e com o auxílio da interdisciplinaridade, colaboraram para o desenvolvimento de uma educação mais rica em valores e princípios que busca proporcionar o respeito entre todos os indivíduos presentes no ambiente de ensino, em outras palavras, os conhecimentos expostos não se limitaram somente aos alunos, mas, também, aos demais funcionários.” Desse modo, o âmbito escolar adquire novas características que ajudam na identificação e no combate à práticas vexatórias ou que violam os direitos humanos visto que há profissionais que são qualificados para intervir adequadamente nessas situações. (Questionário aplicado em 08 de julho de 2019)

Observamos que os temas abordados estavam presentes na realidade das escolas, principalmente, o *Bullying* e a Discriminação Racial. Observamos *in loco*, bem como nas respostas de professores, que a maioria dos alunos das escolas são negros, e abordar sobre o assunto ajuda e educar essas crianças sobre práticas vexatórias como o racismo, desrespeito e as inúmeras formas de *bullying*. Consequentemente, isto gera um impacto na valorização da



sua cor e no orgulho da luta dos negros por um espaço mais igualitário na sociedade e por respeito. Para a docente “Tata” da Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira, “os alunos foram bastante participativos e atentos ao assunto abordado. Isso ocorreu por ter sido um tema que muito interessava os alunos, por ter de existir muitos alunos negros em nossa escola”.

Por fim, quando perguntados sobre suas experiências pessoais com o projeto, os docentes demonstraram que os resultados foram satisfatórios. De acordo com a professora “Leica”, da Escola Municipal Nelson Borges Montenegro, “O projeto foi muito bom. Foi muito importante para a aprendizagem e conhecimento dos alunos trabalhar os temas abordados no mesmo. Foi muito gratificante trabalhar esse projeto em sala de aula.” Todos os participantes relataram que as práticas ocorridas foram significativas e procurarão manter a integração dos temas de direitos humanos com suas práticas de ensino.

Os professores destacaram ainda que trabalhar estes temas no período da pré-adolescência é crucial para o futuro adulto que ela se tornará. Segundo a professora “Nana” da Escola Municipal Adalberto Nobre de Siqueira:

Abordar os temas que envolvem nossa realidade é de alto grau de importância, para que, com isso, as crianças possam desenvolver o respeito pelo outro e estar atentas aos preconceitos que envolvem a sociedade, a discussão desses temas possibilita a formação de seres mais proativos e empáticos. (Questionário aplicado em 15 de julho de 2019)

A prática educativa que incentiva a conscientização, o respeito e a civilidade são capazes de gerar nos alunos um aprendizado eficaz e próspero, tendo como consequência, a formação de adultos capazes de manter esses valores em suas vidas e nos seus meios sociais e laborais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de Formação em Educação em Direitos Humanos para educadores da rede municipal de ensino de Ipanguaçu – RN foi a uma ação de extensão do IFRN local voltada a capacitação continuada de professores marcado pelo incentivo de levarem os conhecimentos e práticas trabalhados para suas escolas, com o objetivo de multiplicar na comunidade local o conhecimento, o respeito e as práticas relacionadas aos direito humanos.

Os professores relataram uma percepção de que, no geral, as crianças e jovens receberam com empolgação as propostas, demonstraram interesse nos temas abordados e sensibilidade para acolher as lições e replicá-las em suas vidas.

Os resultados foram satisfatórios ainda, na medida em que alguns estudantes que possuíam conceitos próprios já preestabelecidos sobre o que seriam os direitos humanos, puderam refletir sobre suas concepções e esclarecer dúvidas sobre direitos básicos que se encaixavam em suas vivências e particularidades. As aulas ministradas ao longo e mesmo após a finalização do projeto auxiliaram no esclarecimento dessas ideias e puderam fortalecer as percepções dos alunos sobre conceitos fundamentais como respeito, diversidade, preservação da vida e do meio ambiente.

Apesar de algumas dificuldades observadas, não houve nada que inviabilizasse a execução do projeto e o processo de ensino e aprendizagem foi favorecido pela quebra de paradigmas e tabus fortemente presentes nas realidades daquelas escolas, encorajando os professores e também alunos a aplicar os conhecimentos adquiridos em outras ocasiões e instituições.

Observamos ainda que estes educadores demonstraram sentir mais segurança para tratar de temas delicados que são comuns no cotidiano escolar, favorecendo sua ação na contribuição para a solução de situações difíceis e conflitos, além da consciência sobre como agir na escola e na comunidade diante de situações desagradáveis, passíveis de ocorrer a qualquer instante.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Coord. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Miriam Abramovay et al. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

BALLESTRERI, R. **Cidadania e Direitos Humanos: um sentido para a educação**. Rio Grande do Sul: Pater, 1999.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONTENELE, Z. V. **O ensino de temas de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena em escolas públicas de ensino médio**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN: Mossoró, RN, 2016.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Moraes, 1980.

HENRIQUES, R; BRANDT, M. E. A; JUNQUEIRA, R. D; CHAMUSCA, A. (Orgs.) **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos Secad. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, Ministério da Educação, 2007.

ROSA, S.; PULLIN, E. M. M. P. **Escola: Representações Sociais de Alunos de Escola Pública.** Florianópolis: X ANPED SUL, 2014.

SILVA, M. H. F. M. **A formação e o papel do aluno em sala de aula na atualidade.** 57 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

TIBBITTS, F. Nuevos modelos de educacion em derechos humanos. In **Temas de la democracia.** Periódico Elctronico del Departamento de Estado des Estados Unidos. Programas de Información Internacional. Vol. 7, n. 1, marzo de 2002.